

RECORTES DE IMPRENSA

ENSINO SUPERIOR/PESSOAL ADMINISTRATIVO/GREVE

Para ver se conseguem Lei Orgânica

ADMINISTRATIVOS DA 'NOVA' NÃO TRABALHAM NO DIA 7

Os trabalhadores não docentes da Universidade Nova de Lisboa (UNL) vão fazer 24 horas de greve no próximo dia 7, primeiro dia de inscrições para o primeiro ano das várias faculdades, na tentativa de conseguirem a publicação da Lei Orgânica e do Quadro de Pessoal.

A publicação desta Lei Orgânica viria pôr termo a um impasse que já se arrasta acerca de 10 anos, segundo foi ontem afirmado em conferência de imprensa por Carlos Ventura, membro da direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.

Na ocasião estiveram também presentes todos os representantes das faculdades da Universidade Nova e da Faculdade, respectivamente, a de Ciências Sociais e Humanas, a de Economia, a de Ciências Médicas e a de Ciências e Tecnologia.

Carlos Ventura referiu que neste momento «há dois grandes responsáveis»: o Ministério da Educação, porque é o organismo de quem dependem directamente, e o Ministério das Finanças que tem reduzido con-

tinuamente as verbas para a Universidade.

O Ministério da Educação, depois de um longo período em que promogeu continuamente o regime de insatiação daquela Universidade, não consegue agora chegar a uma solução de consenso relativamente à Lei Orgânica, a qual, partindo primeiro daquele Ministério, mas que depois ser aprovada pelo conselho directivo das respectivas faculdades.

O Ministério das Finanças, por sua vez, tem sucessivamente «chumbado» os quadros de pessoal que o Ministério da Educação aprova.

A publicação da Lei Orgânica do Quadro de Pessoal, além de criar os funcionários directamente empregados, impedidos de participar nos órgãos de gestão das faculdades. Nos contratos não sempre em discussão, em relação aos contratos existentes e, por outro lado, não se podem valorizar profissionalmente nem progredir na carreira.

Neste momento existe cerca de 600 funcionários não docentes da UNL, e os seus representantes afirmam que «tem estado

da parte do Governo uma atitude deliberada de reduzir o número de efectivos».

Contraditoriamente, o Ministério da Educação e o Governo estão constantemente a fazer um apelo à melhoria dos serviços, referiu Carlos Ventura.

A diminuição do Quadro de Pessoal aparece a escuradão de serviços a cumprir, o que origina um mau funcionamento das estruturas das faculdades. Além do mais, salientou tam-

bém aquele dirigente sindical, «não faz sentido que se aumente a população escolar e se diminua o Quadro de Pessoal». «As condições de trabalho degradam-se e a única explicação que encontramos é a falta de vontade política» - referiu ainda.

Segundo o art.º 6 do Dec-Lei 109 / 86, de 21 de Maio deveria ser aprovado um quadro provisório de pessoal até 21 / 8 / 88 e um quadro definitivo até 1 / 10 /

88, mas «até à presente data têm sido apresentadas às instâncias superiores versões dos quadros de pessoal, os quais têm sido sistematicamente devolvidos à Rectoria da UNL para reformulação» - refere o comunicado daquele sindicato.

Feita por não docentes

UNIVERSIDADE DE ÉVORA amanhã em greve

OS TRABALHADORES não docentes da Universidade Nova de Lisboa, em número de 600, cumprirão, amanhã, uma greve de 24 horas, em protesto contra a sua saída do quadro, e pela lei orgânica daquela instituição, anunciou o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

«A situação extremamente grave em que estes trabalhadores se encontram não permite esperar por mais atrasos e promessas, que se vêm repetindo há quase dez anos, por parte do Ministério da Educação», afirma, em comunicado, aquele organismo sindical.

O sector do ensino superior continua, entretanto, a viver uma crise, tendo sido agora a Universidade do Porto a queixar-se, através dos seus responsáveis, de que o orçamento previsto para a respectiva actividade, em 1989, «causa grandes preocupações».

O reitor daquele estabelecimento de ensino, Alberto Amaral, sublinhou que o aumento de encargos, sem considerar, sequer, novas contratações, nem aumentos de vencimentos, vai ser da ordem dos dois por cento ao ano. Ora, o orçamento para 1989 corresponde a 1,5 por

cento das verbas relativas ao ano corrente, não corrigidas.

«A Universidade do Porto, tal como as suas congéneres, pediu o reforço de verbas para assegurar o seu funcionamento normal, em 1989», acrescentou

Alberto Amaral, que disse «aguardar, serenamente», a reunião marcada para segunda-feira, entre o ministro da Educação e o Conselho de Reitores.

Estão a debater-se com os mais graves problemas orçamentais, no Porto, as Faculdades de Letras, com novos cursos, de Engenharia, com cursos reestruturados, e de Arquitectura, Educação Física e Psicologia, afirmou.

DIARIO DE NOTICIAS

Pg. 10

Conflitos
varios nova lisboa

OUT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
-----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----